

SAUDAÇÃO DE ACORDO COM A ORDEM DE PRECEDÊNCIA DO CERIMONIAL

Assento, de logo, que este não será um pronunciamento que perseguirá a erudição, recheado de citações de Ruy ou Calamandrei, tão em voga em nosso meio. Garanto à distinta plateia que aqui não ouvirá, mais de uma vez, ao menos de mim, referências a sodalícios, areópagos, templos ou missões divinas, as quais aqui trago apenas para exemplificar um modelo de oração que nos remete a tradições e formalismos estéreis e que reforçam uma visão meramente simbólica do Judiciário, que o afasta mesmo das noções de humanismo, igualdade e justiça. Haveremos de substituir aquelas por estas, abandonando definitivamente um visão obsoleta do Judiciário, que privilegia a forma e não o conteúdo, para construir uma nova, aquela que a sociedade, que nos remunera e mantém, tanto espera.

A preocupação com a carga axiológica que carrega cada palavra é justificável. Afinal, a linguagem, segundo GADAMER, é o *locus* privilegiado em que se realiza o evento da compreensão, e todo fenômeno é, por derivação, linguisticamente delineado, tanto assim que, como lembra Manfredo Oliveira, a reviravolta linguística representa um novo paradigma da filosofia contemporânea, de modo que a “Filosofia Primeira não é mais a pesquisa a respeito da natureza ou da essência das coisas ou do entes (ontologia), [...] mas reflexão sobre a significação ou o sentido das expressões linguísticas”.

Feito o esclarecimento, necessário para que, ao final, não venha a frustrar a respeitosa audiência, inicio este pronunciamento com um registro que se me mostra indispensável. Este momento promove o encontro de dois marcos na história de nossa cinquentenária entidade de classe. Ao mesmo tempo em que estamos resgatando suas origem e evolução ao longo de pouco mais de meio século de existência, documentando para a posteridade algumas de suas passagens mais marcantes, estamos vivenciando os verdadeiros ares da modernidade, superando fronteiras e falando ao vivo para todo o planeta através da rede mundial de computadores.

A busca incessante pela modernidade, aliás, dará o tom da gestão que ora se inicia. Vivemos novos tempos no Poder Judiciário nacional. As mudanças são muitas e é impossível ignorá-las. Estamos na quadra em que ganham relevo a racionalidade e eficiência da gestão; a transparência e a defesa dos valores republicanos, muito do que fruto da luta perene do movimento associativo da magistratura.

Ao passo em que provocam a mudança, nossas entidades também sofrem seus efeitos. Ao mesmo tempo em que dão causa aos avanços, são por eles alcançados, num movimento que comprova o acerto da lição de Heráclito. O novo Judiciário impõe novos rumos para as associações de magistrados. Em suma, é impossível tomar banho duas vezes no mesmo rio.

O movimento associativo hoje está convicto de que a

valorização da magistratura passa necessariamente pela oferta de melhores condições de trabalho para os membros do Poder Judiciário. As entidades de juízes têm apoiado o estabelecimento das metas de produtividade e dos mutirões, todavia bradando a necessidade de que se garanta, ao lado da cobrança pelo incremento dos esforços, e na mesma proporção, investimentos em recursos humanos e materiais que possibilitem à magistratura nacional desincumbir-se de tais desafios.

Neste ponto, é impossível não atentar para o fato de que ainda convivemos com profundas desigualdades regionais no âmbito do Judiciário Brasileiro, que, não obstante uno e nacional, carrega consigo profundos desequilíbrios.

As disparidades não se manifestam apenas quando confrontados os órgãos jurisdicionais mantidos pela União com os dos Estados, ou ainda quando comparados juízos e tribunais de unidades federadas diversas. Os desequilíbrios estão presentes, muitas vezes, no âmbito de cada Estado, quando fácil perceber a concentração de recursos nos tribunais, em detrimento da Justiça de 1ª instância, como vem de ser amplamente constatado em diversas inspeções do Conselho Nacional de Justiça.

A instituição do CNJ, aliás, representou passo decisivo para que se busque a uniformidade. Já é hora de que se ampliem no âmbito do Judiciário as ideias de “homogeneidade” e de “federalismo cooperativo”, defendidas entre nós por Gilberto Bercovici (ao retratar os

Dilemas do Estado Federal Brasileiro), impondo-se ao Conselho Nacional que, mais do que a mera coordenação, assuma efetivo papel quanto à cooperação, buscando criar condições minimamente aproximadas entre os diversos órgãos. Desse modo, será possível suplantar as abissais diferenças entre as diversas “Justiças” em nosso país, especialmente quanto a aspectos absolutamente sensíveis, como: a estrutura, capacidade de investimentos, recrutamento e formação de magistrados e servidores.

A instituição de um órgão de caráter nacional para planejar estrategicamente o Judiciário era rigorosamente necessária. Eventuais excessos, especialmente quanto ao exercício de sua função normativa, podem ser identificados, o que próprio mesmo da juventude do órgão, a tornar necessária uma fase de adequação de procedimentos. Nada, porém, que faça com que, ao cabo, os equívocos superem os inúmeros acertos.

Temos que na quadra atual haveremos de obtemperar o discurso da defesa de autonomia dos tribunais. A magistratura deve ocupar seu espaço político para conter os excessos do Conselho, inclusive e especialmente combatendo-os perante o Supremo Tribunal Federal, mas também para apoiar as medidas moralizadoras, que garantam transparência ao Poder Judiciário.

Tido e havido como o mais fechado dos Poderes, o Judiciário tem mudado sua face, postando-se na vanguarda de transformações importantes, bastando lembrar que foi o primeiro a

enfrentar o nepotismo, prática que nos remetia à privatização do Estado, ou ao que Emília Viotti qualificou como “patronagem e clientela”, presente desde os tempos do Brasil-Colônia, além de estar a aperfeiçoar um sistema de audiências públicas que ampliam os canais de participação da sociedade civil.

Tudo até aqui alinhado bem reforça a ideia de que as entidades de classe da magistratura contribuíram para esse novo momento. Um momento em que buscam funcionar como o canal institucional de aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Um momento em que as entidades deverão de se firmar como privilegiadas interlocutoras da sociedade civil, posicionando-se sobre os grandes temas da agenda política do Estado e do país.

Este, aliás, um dos compromissos que assumimos durante a campanha que precedeu renhida, porém respeitosa e benfazeja disputa com valorosos colegas capitaneados pela Juíza Ana Cleyde Viana de Sousa, aos quais dirijo especial saudação, reafirmando que, passada a eleição, a magistratura cearense marcha coesa para defender seus interesses. Não haveremos de deixar que as grandes lutas da classe sejam amesquinhas por quaisquer diferenças ideológicas.

A gestão que ora se inicia estará calcada em dois grandes eixos de atuação: I) **a valorização da carreira e do magistrado**; e o II) **aperfeiçoamento da atividade-fim do Poder Judiciário**.

Quanto a eles, faço ligeira referência para afirmar que não há melhor forma de valorizar a magistratura do que ampliar a sua comunicação com a sociedade, mostrar as dificuldades com que lida, quanto tem sido produzido, e que ela não pode assumir com exclusividade as responsabilidades pelos vícios do sistema de justiça. É preciso que a sociedade conheça melhor o Judiciário e isso passa por uma atitude dos próprios magistrados. Haveremos de ter a sociedade como parceira das grandes mudanças, ciosa da imprescindibilidade de um Judiciário forte para a manutenção da democracia.

Por outro lado, é premente a necessidade de melhoria das condições de trabalho a que estão submetidos os membros do Poder Judiciário, as quais têm importado a real impossibilidade de que se atinja êxito na prestação da tutela jurisdicional.

Ainda que não lhe caiba prover os meios para aperfeiçoar a realização da atividade-fim do Poder Judiciário, cabe à ACM funcionar como o canal para reclamar as melhorias. Neste ponto, seria injustificável não reconhecer os esforços que têm sido empreendidos pela atual gestão do e. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, capitaneada pelo em. Des. Ernani Barreira Porto, a quem, em nome da magistratura cearense, rendo merecida homenagem em vista dos inegáveis avanços que têm sido empreendidos, os quais me dispensarei de elencar, mas que têm, em suma, buscado dotar o Judiciário Estadual da estrutura necessária para enfrentar os grandiosos desafios que se apresentam no presente, bem como de prepará-lo para o futuro.

Estou certo de que a Associação Cearense de Magistrados continuará mantendo com Vossa Excelência o mesmo diálogo franco e respeitoso, em meio a uma relação institucional de independência, seja na Presidência do Tribunal de Justiça, seja nas assembleias gerais da entidade a que Vossa Excelência tem, em atitude pioneira, e confessadamente desaconselhada por alguns de seus interlocutores, comparecido para ouvir os reclamos de seus pares e expor de forma transparente as vicissitudes enfrentadas por quem incumbido da árdua função de administrar tão grandiosa estrutura.

Por dever de justiça, não poderia deixar de enaltecer a sensibilidade do Governador Cid Ferreira Gomes para com os reclamos da Justiça Estadual. A postura de Sua Excelência diante das necessidades do Judiciário local, demonstra que o acesso à justiça tem assumido papel relevante nas ações do governo, contribuindo para o exercício da cidadania, desiderato igualmente perseguido pela augusta Assembleia Legislativa Estadual, na pessoa de seu Presidente, Dep. Domingos Filho, que ao lado de seus pares tem aberto as portas daquela casa para o amplo debate sobre as questões de relevo da Justiça cearense.

Ao tratar dos avanços experimentados na quadra recente, impõe-se não esquecer que muitos foram objeto de históricas reivindicações da ACM. Neste ponto, ressalto os relevantes esforços empreendidos pelo colega Paulo Nogueira, hoje ocupando destacada função na Capital Federal, desafio profissional que impôs tivesse que se

afastar precocemente do comando de nossa entidade.

Caro Paulo, que neste momento nos assiste via internet, registro que seu espírito associativo e dedicação à ACM são dignos de nota. Estou certo de que a mais sincera forma de homenagem a seu grandioso esforço é hoje representada pelo êxito do Projeto Cidadão do Futuro, idealizado e instituído durante a gestão que se encerra.

A seu sucessor, o em. Des. Ademar Mendes Bezerra, ilustre descendente dos Ximenes de Aragão, também rendo merecida homenagem. Não por sua heráldica “sobralidade”, da qual hoje compartilho, ou mesmo pela sincera e respeitosa amizade que temos construído ao longo dos últimos anos, mas sim e especialmente pelas reiteradas provas de sua defesa dos interesses da classe, a demonstrar que não deixou de pensar e se conduzir verdadeiramente como um juiz.

Quis o destino, em. Des. Ademar, que retornássemos hoje a este auditório em posições distintas, mas não menos honrosas e que não nos cobram menor responsabilidade. Há alguns anos aqui estivemos juntos na organização de eventos da querida Escola da Magistratura, quando tive a honra e a felicidade de atuar como Coordenador ao tempo em que Vossa Excelência exerceu proficuamente a direção desta Casa. Hoje aqui volto, ladeado por valorosos colegas, para receber das mãos de Vossa Excelência o honroso cargo de conduzir doravante a representação da magistratura cearense.

E aqui registro: não me assusta o desafio, pois estou certo de que não o enfrentarei sozinho. Confio sinceramente que haveremos de estimular cada vez mais a ativa participação de todos os colegas. Haveremos de ampliar os canais de consulta e interação dos associados, dividindo a responsabilidade sobre as grandes decisões.

De nada adianta perseguir a democratização interna do Judiciário, verdadeiramente o passo decisivo para requalificar as relações entre os membros do Poder, se não a praticarmos em instâncias próprias como a nossa entidade de classe.

A mim e aos demais empossados não assustam os desafios porque para enfrentá-los temos a força de nosso trabalho, que já começou antes mesmo deste ato. Além do vídeo institucional apresentado na abertura desta solenidade e da arregimentação de sua transmissão ao vivo, via internet, ferramenta que se inaugura com a expectativa de que seja potencializada no próximo biênio, inclusive através de parceria com a Escola da Magistratura para fomentar a formação à distância, diversas medidas estão em vias de concretização.

A sede da entidade passará por readequação de seu espaço físico, que permitirá a implantação do Núcleo de Atendimento ao Associado. Além de espaço próprio e de funcionários voltados exclusivamente para essa atividade, o Núcleo contará com um sistema informatizado de monitoramento de ocorrências, que permitirá o acompanhamento efetivo do grau de resolutividade das demandas

apresentadas pelos associados.

O portfólio de empresas conveniadas à ACM está sendo expandido. O oferecimento de serviços de assessoria jurídica passará por inegável incremento. As coordenadorias regionais serão redimensionadas e passaremos a observar, já a partir do mês de março, um cronograma de visitas às comarcas do interior do Estado e às diversas unidades do Fórum da Capital e Juizados Especiais, mantendo uma relação mais próxima com os associados.

Já temos um primeiro encontro agendado com os colegas aposentados, que serão ouvidos sobre o retorno que esperam receber de sua entidade de classe. As pensionistas também passaram a receber efetivo apoio. Já é possível anunciar que Fortaleza sediará, com o apoio da AMB, o VII Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura, no período de 18 a 21 de agosto de 2010, e que já iniciamos tratativas para que a ACM sedie, em janeiro de 2011, o Fórum Mundial de Juízes.

Buscaremos já nos próximos dias a integração com as magistraturas trabalhista e federal, repetindo em nível local a parceria vitoriosa que tem conduzido a grandes êxitos no plano nacional.

Muitas outros propósitos e projetos poderiam ser referidos, todavia não desejaria cansá-los. Assento, contudo, que haveremos de surpreender os que esperam a mera continuidade. A visão maniqueísta que corrobora tal formulação, que nos reduz à situação versus

oposição, e que, nesse embate, não nos credita a possibilidade de efetivos avanços, cairá por terra, asseguro.

Por fim, registro a elevada emoção de estar assumindo tão honroso encargo. Espero e confio estar à altura de exercê-lo. Agradecendo a Deus, pela vida, e contando com o apoio incondicional de meus familiares e amigos, aos quais destino especial saudação, terei de lograr êxito.

A partir de agora nos movem verdadeiramente os postulados da magistratura valorizada e da Justiça Fortalecida.

Muito Obrigado !